

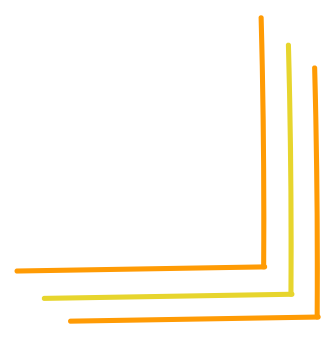
PROGRAMA SUPERANÇA



**Atendimento aos Estudantes em Situação de
Incompatibilidade Idade/Ano do Ensino Fundamental**



Brasília - DF
2023





Governadora do Distrito Federal

Celina Leão

Secretária de Estado de Educação

Hélvia Miridan Paranaguá Fraga

Secretário Executivo de Educação

Isaías Aparecido da Silva

Subsecretária de Educação Básica

Iêdes Soares Braga

Subsecretária de Educação Inclusiva e Integral

Vera Lúcia Ribeiro de Barros

Subsecretária de Formação Continuada dos Profissionais da Educação

Maria das Graças de Paula Machado

Subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação

Júlio Cesar de Souza Moronari

Subsecretário de Apoio às Políticas Educacionais

Nivaldo Vieira Félix

Subsecretária de Gestão de Pessoas

Ana Paula de Oliveira Aguiar

Subsecretário de Infraestrutura Escolar

Leonardo Chaves Fehlberg Balduino

Subsecretário de Administração Geral

Maurício Paz Martins





Chefe da Unidade de Gestão Estratégica da Educação Básica

Maria Susley Pereira

Diretora de Ensino Fundamental

Ana Carolina Albernaz Mundim Tavares

Equipe Técnico-pedagógica

Beatriz Gontijo

Ludmilla Serafim

Paloma Milane

Tamine Cauchioli Rodrigues

Consultoras UNICEF

Eronдина Barbosa da Silva

Sandra Tiné

Dalvirene Braga



APRESENTAÇÃO

A educação brasileira prevê que o estudante conclua sua trajetória escolar básica até os 17 anos. Contudo, quando o estudante passa por situação de reprovação ou abandono por dois anos ou mais, durante sua escolarização, precisa repetir um ano e, mesmo que dê continuidade aos estudos, ele se encontrará em situação de incompatibilidade idade/ano, considerando a defasagem nas aprendizagens em relação à faixa etária adequada a cada ano escolar.

A incompatibilidade idade/ano é vista como fenômeno multicausal e que produz diferentes impactos na vida dos estudantes. O percurso escolar descontinuado contribui para o afastamento definitivo dos estudantes das salas de aula.

Assim, com o intuito de solucionar a questão da incompatibilidade idade/ano, esta Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF apresenta o Programa SuperAção: Atendimento aos Estudantes em Situação de Incompatibilidade Idade/Ano, para atender estudantes com dois ou mais anos de atraso em relação ao ano escolar esperado do ensino fundamental.

O Programa objetiva contribuir para a recuperação e a progressão das aprendizagens, possibilitando, a esses estudantes, a reconstrução das suas trajetórias escolares e proporcionando o fluxo escolar adequado para todos com sucesso.

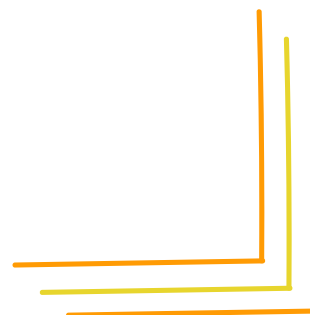
O Programa SuperAção foi aprovado pela Portaria n.º 133, de 15 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 34, de 16 de fevereiro de 2023, com base no disposto no Parecer n.º 001/2023, do Conselho de Estado de Educação do Distrito Federal, conforme Processo SEI 00080-00273609/2022-21.

Com base nisso, este Caderno explicita o Programa SuperAção: Atendimento aos Estudantes em Situação de Incompatibilidade Idade/Ano e expõe as diretrizes para a sua implementação nas unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1. OBJETIVOS E METAS DO PROGRAMA SUPERAÇÃO	11
2. AS TRAJETÓRIAS DE SUCESSO ESCOLAR DO UNICEF NO SUPERAÇÃO	12
3. ORGANIZAÇÃO PARA O ATENDIMENTO	14
4. ORGANIZAÇÃO E MATRIZ CURRICULAR	17
5. ORIENTAÇÕES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA	21
6. PROCESSO AVALIATIVO E PROGRESSÃO DOS ESTUDANTES	30
7. O AVANÇO ESCOLAR E A PROGRESSÃO NO PROGRAMA SUPERAÇÃO	37
8. FORMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO: SUBSÍDIOS À PRÁTICA DOCENTE	39
9. REFERÊNCIAS	43
10. APÊNDICE – PROJETO ESPECÍFICO SUPERAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR	45



INTRODUÇÃO

O Distrito Federal apresenta, de acordo com o sistema de gestão da Secretaria de Estado de Educação - SEEDF, i-Educar, 12.507 estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano, no ensino fundamental, em 2022. Esse cenário gera impactos diretos em outros índices, como os de abandono e de evasão escolar, além de representar processo crescente de exclusão dentro da própria escola, corroborando para a perpetuação do estigma da segregação e da marginalização.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu Art. 205, evidencia que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Logo, entende-se que o estudante que tenha seu fluxo escolar interrompido, por qualquer razão, continua a fazer jus ao acesso à educação e continua sendo dever do Estado garantir esse direito.

O Artigo 24, inciso V, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), respalda legalmente propostas pedagógicas para a correção de fluxo. Entende-se, nesse contexto, a pertinência de intervenções pedagógicas que abarquem outra lógica de planejamento temporal e espacial, de gestão escolar e curricular na organização do trabalho pedagógico, bem como possam provocar impactos na concepção de educação de todos os envolvidos no processo educativo.

O Plano Nacional de Educação - PNE/2014-2024 estabelece, em sua Meta 2, a universalização do ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos, bem como a conclusão dessa etapa na idade recomendada.

Na mesma perspectiva, o Distrito Federal, por meio do Plano Distrital de Educação - PDE/2015-2024, reafirma esse compromisso em sua Meta 2, a qual estabelece a garantia ao "acesso universal, assegurando a permanência e a aprendizagem dos estudantes a partir dos 6 anos de idade ao ensino fundamental de 9 anos, assegurando, também, a conclusão dessa etapa até os 14 anos de idade" e aponta a necessidade e a importância de atendimento diferenciado aos estudantes em defasagem idade/ano por meio da estratégia 2.2:

implementar políticas públicas para a correção da distorção idade/série nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e ampliar o atendimento a todos os estudantes em defasagem idade/série/ano, nos projetos e programas de correção de fluxo escolar. (DISTRITO FEDERAL, 2015a).

O Decreto nº 11.079, de 23 de maio de 2022, que instituiu a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica, estabelece, no Artigo 5º: o desenvolvimento de estratégias de ensino e aprendizagem para o avanço do desempenho e da promoção escolar, o desenvolvimento de ações que possibilitem diminuir a incompatibilidade idade/ano por meio do monitoramento da trajetória escolar e a promoção de estratégias que permitam o acompanhamento individualizado da aprendizagem dos discentes.

Em consonância com a legislação, o Distrito Federal vem, ao longo dos anos, investindo em estratégias, com o intuito de solucionar o desafio da incompatibilidade idade/ano.

Houve diferentes políticas públicas propostas por esta SEEDF, destinadas exclusivamente ao enfrentamento da defasagem e distorção idade/ano. Em 2000 foi implantado o Programa de Aceleração da Aprendizagem destinado aos estudantes da 5ª série do Ensino Fundamental. O objetivo do Programa era corrigir a distorção idade/série em dois anos, no mínimo. Além de ofertar material didático específico para o programa, elaborado por profissionais da secretaria.

Durante o ano de 2012 foram publicadas as Orientações Pedagógicas para a Correção da Distorção Idade-Série – CDIS, aprovadas pelo Conselho de Educação do Distrito Federal - CEDF, por meio do Parecer nº 238/2012. Suas principais características eram: o atendimento aos estudantes do ensino fundamental - anos finais e do ensino médio, formação de turmas exclusivas e oferta de espaço de formação e troca de conhecimento entre os professores das unidades escolares para acompanhamento pedagógico.

Em 2016, implantou-se o Programa para Avanço das Aprendizagens Escolares – PAAE, com vigência até 2018 e prorrogado até 2019. O PAAE apresentou organização curricular em blocos, turmas exclusivas e possibilitou a correção de fluxo em até dois anos para o ensino fundamental - anos finais.

Com o objetivo de fortalecer o enfrentamento da defasagem e distorção idade/ano, em 2019, a Diretoria de Ensino Fundamental - Dief realizou pesquisa para levantar informações, a fim de subsidiar a elaboração de nova política pública para correção de fluxo, com implementação iniciada em 2020, por meio do Projeto Atitude, o qual previa turmas exclusivas para os estudantes dos anos finais do ensino fundamental, em situação de incompatibilidade idade/ano, divididas por blocos e com matriz curricular específica.

Em função do desafiador cenário enfrentado nos anos de 2020 e 2021, devido à Pandemia de Covid-19, que demandou a oferta de atividades escolares não presenciais, o Projeto Atitude não pode ser desenvolvido em sua integralidade.

A partir do retorno às atividades presenciais, ao final do ano de 2021 e pautando-se no acompanhamento das atividades escolares realizadas durante o período de isolamento social, observou-se a necessidade de criar nova estratégia de atendimento aos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano.

Diferentemente dos programas anteriores, a nova política vislumbrou ações voltadas também aos anos iniciais do ensino fundamental e à construção de repertório didático-pedagógico para os professores.

Nessa perspectiva, em 2022, elaborou-se o Plano de Atendimento aos Estudantes Situação de Incompatibilidade Idade/Ano.

O plano foi desenvolvido com base nos seguintes pilares fundamentais: formação e ampliação de repertório dos coordenadores pedagógicos locais, aplicação e acompanhamento nas unidades escolares, progressão das aprendizagens dos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano e avanço de estudos, no caso dos estudantes que apresentaram sucesso no progresso das aprendizagens.

Com base nesse percurso, que possibilitou a mudança na qualidade e na trajetória escolar de estudantes do ensino fundamental, elaborou-se o Programa SuperAção: Atendimento aos Estudantes em Situação de Incompatibilidade Idade/Ano, que a partir desse momento será referido como SuperAção, pautado na legislação e nos documentos que regulamentam e orientam a educação pública do Brasil e do Distrito Federal.

Para a construção do SuperAção, levou-se em consideração cada experiência e aprendizado oriundos dos programas e estratégias anteriores, bem como os programas de sucesso de outros estados brasileiros, além da colaboração do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, por meio das Trajetórias de Sucesso Escolar¹ - TSE.


A estratégia TSE apresenta quatro etapas que compõem a organização do SuperAção: diagnóstico, planejamento, adesão e desenvolvimento. Essas quatro etapas são realizadas em todos os níveis da SEEDF: central, intermediário e local.

Para superar a situação de incompatibilidade idade/ano, a integração de todos os atores envolvidos é essencial e, nessa perspectiva, gestores, coordenadores, professores, estudantes, responsáveis e todos os diferentes níveis da SEEDF têm responsabilidades essenciais e deverão estar mobilizados em prol desse desafio.

A Organização em Ciclos para as Aprendizagens vigente tem como foco as aprendizagens e o desenvolvimento integral do estudante, além de favorecer a prática educativa e os diversos contextos socioculturais, nos quais as aprendizagens ocorrem.

Para garantir as aprendizagens dos estudantes, o processo pedagógico deve ser organizado de maneira a contemplar espaços de problematização do conhecimento e de investigação conjunta, ações pedagógicas diferenciadas, essenciais ao trabalho com os estudantes do Programa SuperAção, assim como previsto nas Diretrizes Pedagógicas para a Organização Escolar dos 2º e 3º Ciclos (DISTRITO FEDERAL, 2014) .

Além disso, o SuperAção coaduna com as Diretrizes de Avaliação Educacional (DISTRITO FEDERAL, 2014d) que institui a avaliação na perspectiva formativa, na qual busca-se aprimorar constantemente os processos de ensino e de aprendizagem em todas suas dimensões. Essa perspectiva garante a todos os estudantes o direito legal e inalienável de aprender e prosseguir seus estudos sem interrupções, além de possibilitar sua progressão, promovendo os estudantes em até dois anos escolares sempre que, ao final do ano letivo, seu progresso for evidenciado, com o intuito de reverter o cenário do fracasso escolar presente no ensino fundamental.



Posto isso, reforça-se a relevância da realização de estudos baseados nas Diretrizes de Avaliação e nas Diretrizes Pedagógicas para a Organização Escolar em Ciclos, a fim de alcançar o resultado desejado, além de contribuir para a garantia de acesso, permanência e conclusão da escolarização na idade esperada, possibilitando o sucesso das aprendizagens.

O Programa SuperAção possibilita, de maneira concomitante, o desenvolvimento e o monitoramento de diferentes estratégias para o enfrentamento da situação de incompatibilidade idade/ano nos próximos anos, a fim de que os estudantes que se encontram nessa situação tenham atendimento escolar acolhedor e eficaz, de modo a possibilitar a real SUPERAÇÃO do fracasso escolar que eles experienciaram.

1. OBJETIVOS E METAS DO PROGRAMA SUPERAÇÃO

Objetivo Geral

Reconstruir as trajetórias escolares dos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano matriculados no ensino fundamental da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, levando-os ao fluxo escolar com sucesso.

Objetivos Específicos

- Identificar e acolher os estudantes fora do fluxo desejado para o ensino fundamental.
- Sensibilizar os profissionais da educação sobre a importância do desenvolvimento de propostas pedagógicas que minimizem os atrasos escolares.
- Implementar Organização Curricular que contemple a recuperação das aprendizagens essenciais, considerando a BNCC e o Currículo em Movimento.
- Proporcionar prática pedagógica que vislumbre a recuperação e consolidação das aprendizagens.
- Contribuir para a recuperação das aprendizagens dos estudantes.
- Possibilitar a progressão escolar e o avanço das aprendizagens.
- Garantir a correção do fluxo escolar em, no mínimo, dois anos escolares, para os estudantes atendidos pelo SuperAção.
- Realizar acompanhamento formativo e sistemático das ações das unidades escolares que envolvam os estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano.

Metas

- Atender, por meio do Programa SuperAção, 100% dos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano.
- Possibilitar acompanhamento formativo e sistemático a 100% das unidades escolares que atendem estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano.

2. AS TRAJETÓRIAS DE SUCESSO ESCOLAR DO UNICEF NO PROGRAMA SUPERAÇÃO

A estratégia Trajetórias de Sucesso Escolar - TSE é uma iniciativa do UNICEF e parceiros, que visa contribuir com as escolas públicas na construção de boas práticas para que estudantes que estão em atraso escolar consigam superar desafios e alcançar o sucesso.

Essa estratégia possibilita o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da política pública focada no enfrentamento da incompatibilidade idade/ano, de forma articulada e integrada, tendo em vista o desenvolvimento de um trabalho pedagógico que favoreça a implementação de uma organização curricular estruturada para a superação dos atrasos escolares, possibilitando aprendizagens necessárias e valorizando os interesses e as experiências dos estudantes envolvidos.

Essa estratégia orienta que a política pública seja pautada em um processo composto por quatro etapas inter-relacionadas e interdependentes.

1 Diagnóstico

A primeira etapa consiste no diagnóstico da rede de ensino, por meio do levantamento de dados que, no caso do DF, advêm do sistema de gestão da SEEDF e do diálogo com as unidades escolares participantes do Plano de Atendimento, em 2022.

A análise desses dados permite visibilidade da situação de cada unidade escolar em relação à incompatibilidade idade/ano, bem como evidencia experiências exitosas para a mitigação do fracasso escolar.

2 Planejamento

A partir do diagnóstico, é possível realizar o planejamento consciente das necessidades da rede, resultando na elaboração da proposta pedagógica e da organização escolar específica para os estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano, assim como o plano de formação continuada docente, a fim de possibilitar oportunidades diferenciadas para a progressão e consolidação das aprendizagens.

3 Desenvolvimento

Após o diagnóstico e o planejamento das ações, ocorre efetivamente o desenvolvimento da proposta, abarcando as trocas entre os níveis local, intermediário e central, por meio de processo contínuo e dialógico de acompanhamento e avaliação.

Durante o desenvolvimento do Programa, espera-se perceber a renovação do vínculo entre escola e estudante, o aumento da autoestima dos envolvidos, a reconstrução do percurso escolar e, principalmente, o rompimento dos ciclos de retenção, abandono e evasão escolar.

4 Adesão

Esta etapa ocorre de forma simultânea junto às demais etapas e envolve a sensibilização e o engajamento das unidades escolares, dos parceiros, dos estudantes, das famílias e da comunidade escolar como um todo, bem como o estabelecimento de prazos e de metas a serem alcançadas, a fim de oportunizar a escuta ativa dos atores envolvidos e a construção coletiva dos planos de ação de cada unidade escolar, que contemplem os interesses e necessidades dos estudantes.

3. ORGANIZAÇÃO PARA O ATENDIMENTO

O SuperAção prevê diferentes formas de organização e atendimento aos estudantes, definindo estratégias para **garantir que todos os estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano** possam ser identificados, acolhidos e atendidos, independente do quantitativo ou da disponibilidade de espaço físico específico na unidade escolar.

O atendimento aos estudantes é previsto para seis grupos:

CICLOS	GRUPOS	ANOS DE ORIGEM	IDADES
2º Ciclo	Grupo 01	3º ano	Mínimo 10 anos
	Grupo 02	4º ano	Mínimo 11 anos
	Grupo 03	5º ano	Mínimo 12 anos
3º Ciclo	Grupo 04	6º ano	Mínimo 13 anos
	Grupo 05	7º ano	Mínimo 14 anos
	Grupo 06	8º ano	Mínimo 15 anos

A organização e todas as diferentes formas de atendimento respeitarão as orientações que se seguem, a fim de favorecer a unidade do trabalho pedagógico desenvolvido na rede pública de ensino do DF.

ENSINO FUNDAMENTAL			FAIXA ETÁRIA	TURMA SuperAção REDUZIDA		TURMA SuperAção		CLASSE COMUM com atendimento PERSONALIZADO	
				Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
2º Ciclo	Grupo 1	3º ano	a partir de 10 anos	20	25	22 23*	28 32*	22 23*	28 32*
	Grupo 2	4º ano	a partir de 11 anos	20	25	29 23*	32 34*	29 23*	32 34*
	Grupo 3	5º ano	a partir de 12 anos	20	25	29 23*	32 34*	29 23*	32 34*
3º Ciclo	Grupo 4	6º ano	a partir de 13 anos	25	30	31 25*	38 37*	31 25*	38 37*
	Grupo 5	7º ano	a partir de 14 anos	25	30	31	38 40*	31	38 40*
	Grupo 6	8º ano	a partir de 15 anos	25	30	31	38 40*	31	38 40*

*Escolas do campo

Turma SuperAção reduzida

A unidade escolar deverá optar, **PRIORITARIAMENTE**, pela enturmação dos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano nas turmas SuperAção reduzidas, conforme quantitativos apresentados na tabela acima.

Destaca-se que essas turmas serão formadas exclusivamente por esses estudantes, respeitando-se os anos escolares em curso e os respectivos grupos.

Turma SuperAção

Caso a unidade escolar não possua condições, como espaço físico e/ou recursos humanos, para garantir o atendimento dos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano nas turmas SuperAção reduzidas, deverá enturmá-los nas turmas SuperAção, conforme quantitativos apresentados na tabela acima.

Destaca-se que essas turmas serão formadas, exclusivamente, por esses estudantes, respeitando-se os anos escolares em curso e os respectivos grupos.

Classe comum com atendimento personalizado

A unidade escolar que não possua quantitativo de estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano para a abertura de turmas SuperAção deverá realizar o atendimento individualizado a esses estudantes nas suas respectivas turmas regulares.

Nesse caso, os estudantes que apresentam atraso escolar estarão agrupados na mesma turma com os que se encontram no fluxo regular pretendido para o ano em curso.

Os estudantes com idade incompatível com o ano de escolaridade devem ser distribuídos de maneira equânime entre as turmas planejadas, de forma que cada uma das turmas tenha, preferencialmente, a mesma quantidade de estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano e, se possível, que todas tenham no máximo 2 (dois) estudantes nessa condição.

Destaca-se que não há um quantitativo mínimo de turmas para cada unidade escolar, bem como não há exclusividade de professores por componentes curriculares para os anos finais na implantação do SuperAção.

Além disso, todos os estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano do ensino fundamental deverão ser contemplados e cada um desses atendimentos deverá constar no Projeto Político Pedagógico - PPP das unidades escolares, constituindo a identidade do trabalho pedagógico desenvolvido.

Percurso Preliminar Para o Atendimento

Para garantir a organização e o fluxo do atendimento aos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano, orienta-se analisar as recomendações a seguir:

- 1** Identificação, com auxílio do Secretário Escolar, dos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano durante a realização da Estratégia de Matrícula, procedendo os ajustes até o primeiro dia de aula, de acordo com o calendário escolar.
- 2** Mapeamento dos espaços físicos disponíveis para definição e composição do atendimento.
- 3** Organização dos estudantes e/ou as turmas, realizando as enturmações definidas no SuperAção, com o suporte da Unidade Regional de Planejamento Educacional e de Tecnologia da Educação - UNIPLAT e encaminhamento de solicitação de abertura de turmas SuperAção para a Diretoria de Planejamento - DIPLAN, quando for o caso.
- 4** Organização da grade horária, de acordo com a sua modulação e com a matriz curricular, sinalizando as ofertas do SuperAção.
- 5** Realização de um momento com os responsáveis dos estudantes atendidos para que eles tomem ciência da proposta pedagógica do SuperAção.

4. ORGANIZAÇÃO E MATRIZ CURRICULAR

O Programa SuperAção está em consonância com a Organização Curricular do Ensino Fundamental 2023, que é pautada nas premissas do Currículo em Movimento do Distrito Federal - Ensino Fundamental, as quais prevêem flexibilidade, de acordo com as necessidades de aprendizagens e interesse dos estudantes.

A Organização Curricular do Ensino Fundamental 2023 e o Currículo em Movimento do Distrito Federal - Ensino Fundamental são documentos que foram atualizados a partir da Base Nacional Comum Curricular- BNCC e associados às características da organização escolar em Ciclos para as Aprendizagens. Essa organização escolar pressupõe a ampliação de tempos, dos espaços e das oportunidades educacionais para a progressão das aprendizagens na perspectiva do desenvolvimento integral dos estudantes.

Assim sendo, considerando a realidade dos estudantes de cada unidade escolar, o docente tem autonomia para flexibilizar, (re)organizar e (re)adaptar as atividades de acordo com a sua intencionalidade pedagógica, prevendo o alcance dos objetivos de aprendizagens essenciais previstos na situação de incompatibilidade idade/ano.

A Organização Curricular para o SuperAção prevê componentes curriculares que se articulam em objetivos de aprendizagem e intervenções pedagógicas integradas, contextualizadas e interdisciplinares que visam promover as aprendizagens para os estudantes, de acordo com as suas realidades e interesses.

A Formação Geral Básica - FGB concentra os componentes curriculares em quatro áreas do conhecimento: Linguagens (Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte, Educação Física); Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Humanas (História, Geografia), as quais se somam à parte diversificada composta pelas:

- **Vivências de Numeramento**

As Vivências de Numeramento devem permitir a consolidação do letramento matemático, por meio de estratégias pedagógicas que envolvam a resolução de problemas, o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático, o gosto pela matemática e a compreensão da matemática no contexto social cotidiano.

Nesse sentido, as metodologias utilizadas devem possibilitar que o conhecimento matemático seja vivenciado de forma crítica, concreta, reflexiva e ética para a formação integral do estudante e deixe de ser um amontoado de números, formas e fórmulas.



- **Vivências de Letramento**

As Vivências de Letramento devem favorecer a consolidação do processo de alfabetização e o desenvolvimento do letramento, por meio de estratégias pedagógicas que envolvam a escrita, a leitura, a oralidade, a interpretação e a compreensão das diferentes linguagens no contexto social cotidiano.

Nesse sentido, as metodologias utilizadas devem possibilitar a construção das competências de ler, escrever e interpretar de forma crítica e reflexiva, favorecendo a comunicação em práticas sociais reais.



Cabe destacar que, na organização curricular, o trabalho pedagógico realizado pelos professores deverá contemplar objetivos de aprendizagens essenciais equivalentes a dois anos de escolaridade, tendo em vista o entendimento de que o estudante atendido pelo SuperAção precisa consolidar aprendizagens suficientes para progredir em até dois anos em sua trajetória escolar.

Para tanto, o planejamento pedagógico precisa considerar o ano de matrícula do estudante e o ano subsequente a ele. Por esse motivo, a organização pedagógica do SuperAção está estruturada em grupos.



MATRIZ CURRICULAR DO PROGRAMA SUPERAÇÃO

Instituição: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL Etapa: Ensino Fundamental - 1º ao 9º ano Regime: PROGRAMA SUPERAÇÃO Módulo: 40 semanas							
FORMAÇÃO GERAL BÁSICA							
Áreas do conhecimento	Componentes Curriculares	2º Ciclo			3º Ciclo		
		Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6
		3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano
Linguagens	Língua Portuguesa	X	X	X	5	5	5
	Educação Física	X	X	X	3	3	3
	Arte	X	X	X	2	2	2
	Língua Inglesa	X	X	X	2	2	2
Matemática	Matemática	X	X	X	5	5	5
Ciências da Natureza	Ciências	X	X	X	4	4	4
Ciências Humanas	História	X	X	X	3	3	3
	Geografia	X	X	X	3	3	3
PARTE DIVERSIFICADA							
Projetos Interdisciplinares	Vivências de Letramento	X	X	X	X	X	X
	Vivências de Numeramento	X	X	X	X	X	X
CARGA HORÁRIA ANUAL - JORNADA AMPLIADA (horas)		1000	1000	1000	1000	1000	1000

Observações:

1. A Matriz Curricular é composta pela Formação Geral Básica e pela Parte Diversificada, ambas integradas, articuladas e referenciadas na vivência dos estudantes, respeitando a individualidade do local onde a unidade escolar está inserida, sendo a parte diversificada na forma de Projetos Interdisciplinares Eletivos.
2. No 2º Ciclo, o módulo-aula é de 60 (sessenta) minutos e no 3º Ciclo o módulo-aula é de 50 (cinquenta) minutos.
3. No 2º Ciclo, o dia letivo é composto por 5 (cinco) horas-relógio, incluindo o tempo de intervalo no qual deverão ser desenvolvidas atividades pedagógicas. Já no 3º Ciclo, o dia letivo é composto por 5 (cinco) horas-relógio, excluído o tempo reservado ao intervalo.
4. O intervalo é de 15 (quinze) minutos.
5. A organização do intervalo é de responsabilidade da unidade escolar, respeitando a sua autonomia e os normativos vigentes.
6. Os Projetos Interdisciplinares correspondem, no mínimo, a 20% (vinte por cento) da carga horária anual e são de escolha da unidade escolar, a partir de orientações específicas da SEEDF. No 2º Ciclo, o pedagogo regente da turma será responsável pelo projeto e no 3º Ciclo, o professor o ministrará conforme a modulação da escola.
7. Jornada Ampliada – Turno diurno - O horário de início e término das aulas é definido pela unidade escolar, no início de cada período letivo, observada a carga horária aprovada.

5. ORIENTAÇÕES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

O Currículo em Movimento do Distrito Federal - Anos Iniciais/Anos Finais do Ensino Fundamental, os princípios da educação integral, o conceito de currículo integrado, na perspectiva da interdisciplinaridade e da contextualização, a concepção de avaliação formativa e a organização da escolaridade em ciclos para as aprendizagens constituem fundamentos essenciais para validação, organização, implantação e implementação da prática pedagógica do SuperAção.

Dessa forma, ao apresentar propostas pedagógicas em prol da equidade no acesso e permanência escolar, e sabendo que todos são capazes de aprender, a SEEDF ratifica a função precípua da unidade escolar de oportunizar a todos os estudantes, indistintamente, o direito de aprender.

O trabalho pedagógico na perspectiva do SuperAção pauta-se na ampliação de tempos, espaços e situações de aprendizagem. Com efeito, faz-se necessária a ressignificação do próprio ambiente escolar, visto que a escola deixa de ser o único espaço educativo para se tornar articuladora e organizadora de outras possibilidades de aprendizagens.

Ao primar pelas aprendizagens significativas para além dos muros da escola, o trabalho pedagógico se estrutura desde a sala de aula até a gestão escolar, perpassando e envolvendo todos os atores e níveis educacionais.

Para efetivação das ações do SuperAção, deve-se priorizar a integração das áreas do conhecimento, o planejamento colaborativo, a escuta ativa dos envolvidos, a formação continuada dos professores, considerando as especificidades dos atendimentos e a articulação entre os gestores.

Nesse sentido, os processos de ensino e aprendizagem são multifacetados, impregnados pelo diálogo, pela pesquisa, pela inovação e pela utilização de recursos criativos, flexíveis, humanizados e ativos.

Tendo em vista os desafios da ação pedagógica que envolve o atendimento aos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano, o SuperAção busca subsidiar a construção de amplo repertório didático-pedagógico para que professores, coordenadores, orientadores educacionais, equipe de apoio às aprendizagens, supervisores pedagógicos e gestores possam, juntos, construir projeto específico da unidade escolar, atendendo, com qualidade, os estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano.

Material Didático

O trabalho docente acontecerá considerando-se os objetivos de aprendizagem essenciais de dois anos escolares do ensino fundamental e a Organização Curricular específica do SuperAção, de acordo com cada um dos seus grupos.

Nesse sentido, compreende-se que os materiais didáticos são fundamentais para a prática pedagógica e subsidiam as aprendizagens. Para tanto, o SuperAção, por meio dos encontros formativos e de acompanhamento, proporcionará a elaboração e sugestão de utilização de materiais complementares específicos e direcionados aos estudantes em situação de incompatibilidade.

Além disso, sugere-se que os docentes e discentes contemplados pelo SuperAção utilizem como instrumento de apoio os livros didáticos disponibilizados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD, realizando as adaptações para o respectivo grupo.



Estratégias Didático-Pedagógicas

As estratégias didático-pedagógicas que serão desenvolvidas na SuperAção têm suas bases regulamentadas nos documentos norteadores e nas diretrizes da SEEDF que orientam práticas como os Projetos Interventivos e os Reagrupamentos, que serão partes essenciais para o desenvolvimento das ações pedagógicas do SuperAção, são elas:

Para os Anos Iniciais e Anos Finais

- Orientações Pedagógicas: Projeto Político-Pedagógico ✨
- Caderno Tira dúvidas – Organização Escolar em Ciclos para as Aprendizagens ✨

Para os Anos Iniciais

- Diretrizes Pedagógicas para Organização Escolar do 2º Ciclo para as Aprendizagens: BIA e 2º Bloco ✨

Para os Anos Finais

- Diretrizes Pedagógicas para Organização Escolar do 3º Ciclo para as Aprendizagens
- Orientação Pedagógica: 3º Ciclo para as Aprendizagens ✨ ✨

Na perspectiva da escolha e elaboração das estratégias didático-pedagógicas que serão desenvolvidas com os estudantes participantes do SuperAção, têm-se como referência, para a estruturação do planejamento do trabalho pedagógico, o uso das Modalidades Organizativas Do Trabalho Pedagógico (NERY, 2002). As atividades permanentes, sequências didáticas, projetos e atividades de sistematização são algumas das principais modalidades que podem contribuir com a organização do tempo pedagógico, pois “levam em conta algumas possibilidades de integração/articulação entre as áreas do conhecimento, não só como processo de trabalho do(a) professor(a), na sala de aula, como da própria escola, como coletividade”. (NERY, 2007).

Como estratégia protagonista para o SuperAção, as sequências didáticas se destacam por possibilitarem a organização do trabalho pedagógico considerando os objetivos de aprendizagens específicos dos estudantes, envolvendo atividades sequenciadas e integradas entre as áreas do conhecimento e as atividades de avaliação formativa. Constituinte, assim, um ciclo de aprendizagem, de planejamento, desenvolvimento, avaliação e avanço das aprendizagens.

Premissas Programa SuperAção

Nessa perspectiva, apresenta-se as premissas que serão base para todos os momentos que constituem o SuperAção e, principalmente, o fazer pedagógico com os estudantes contemplados pelo Programa:

Tempos e Espaços

As premissas de Tempo e Espaço apresentam a perspectiva que esses dois elementos são pontos fundamentais para o desenvolvimento do SuperAção, pois a forma como cada unidade escolar irá planejar seu tempo e organizar seus espaços poderá afetar diretamente seu desenvolvimento na escola.

Um reflexo importante dessa premissa para o SuperAção incide nas diferentes formas de atendimento possíveis oferecidas para que cada unidade escolar, diante da sua realidade, possa construir seu plano de atendimento aos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano.

Tempos e Espaços para o SuperAção são todos os momentos e ambientes que envolvem aprendizagens. Nessa perspectiva, inclui-se, principalmente, os estudantes, mas também os adultos envolvidos no processo de aprendizagem deles, professores, coordenadores, gestores e familiares.

Dessa forma, os estudantes devem ter assegurado o processo de aprendizagem progressivo e contínuo, considerando as diferentes formas de aprender, os diversos espaços e tempos de aprendizagens e os contextos sociais e culturais nos quais as aprendizagens são constituídas.

Para o planejamento do trabalho com base nas sequências didáticas, a premissa de Tempos e Espaços é fundamental para organizar e conduzir os trabalhos pedagógicos.

Quando se organizam os tempos e espaços das ações pedagógicas, define-se as estratégias que podem ser utilizadas, como os reagrupamentos, os espaços de socialização e os momentos avaliativos.

A organização dos tempos e espaços do fazer pedagógico é desafiadora, mas fundamental para a trajetória escolar de sucesso dos estudantes. Pensar nesse espaço de atuação pedagógica é pensar que a primeira presença se faz pelo corpo que ocupa um espaço e estabelece sentido, a vivência da diversidade e amplitude do estudante. Dessa maneira, o cuidado, o olhar mais sensível, às estratégias pedagógicas diferenciadas e a organização do tempo e espaço escolar fazem a diferença para a promoção do estudante para as etapas seguintes, bem como para uma educação de qualidade para todos os estudantes da unidade escolar.

Nessa perspectiva, durante o planejamento do trabalho pedagógico, pode-se considerar algumas ações que favoreçam a valorização dos espaços tempos de aprendizagem, entre elas:

- Definição dos procedimentos, espaços e tempos para os planejamentos coletivos e individuais.
- Levantamento dos temas de interesse dos estudantes e de problemas ou desafios da comunidade, para a articulação com os objetivos de aprendizagem, na perspectiva dos multiletramentos.

- Definição de espaços e tempos para a participação dos estudantes na elaboração do planejamento, contribuindo com críticas e sugestões ao desenvolvimento das atividades, de modo a assegurar o protagonismo estudantil.
- Planejamento e implementação da avaliação processual e contínua dos participantes da proposta, possibilitando que todos os envolvidos no processo possam compartilhar resultados e desafios do desenvolvimento do SuperAção com a gestão da escola, estudantes, famílias e parceiros.
- Definição de espaços e tempos para a socialização das aprendizagens e das atividades desenvolvidas pelos participantes do SuperAção.
- Definição de estratégias, instrumentos e registros de planejamento e avaliação das aprendizagens.

Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade possibilita que a vivência da realidade possa ser inserida nas experiências cotidianas da sala de aula, articulando conhecimentos, saberes e valores, buscando a superação da fragmentação muitas vezes encontrada nos currículos escolares.

A premissa da interdisciplinaridade tem destaque durante o planejamento coletivo, com os professores, mediados pela equipe pedagógica, pois juntos podem estabelecer as estratégias que serão utilizadas para o alcance dos objetivos de aprendizagens de cada área ou componente curricular. Sendo assim, propõe-se que o planejamento pedagógico integre os conhecimentos de forma interdisciplinar, transversal, incorporados à prática social e associados às mudanças sociais, culturais e tecnológicas.

Um caminho possível para essa articulação é a elaboração de um quadro na sala dos professores por área e/ou componente, de forma a facilitar a visualização de tais intenções. O processo pedagógico, para o planejamento das sequências didáticas, deve ser organizado de maneira a contemplar espaços de problematização do conhecimento e de investigação conjunta.

Um ponto que une as premissas dos tempos e espaços com a da interdisciplinaridade é a possibilidade de se organizar o processo pedagógico de forma a propiciar o encontro entre professor e estudante, por meio do diálogo constante e da escuta sensível por parte de todos.

Nesse sentido, as estratégias didático-pedagógicas podem ser estruturadas considerando:

- Estudos da realidade do estudante e da comunidade escolar. Pesquisa e discussão da história de estudantes e docentes.
- Redimensionamento da organização curricular, a partir das necessidades e potencialidades identificadas e seus enfrentamentos por meio das estratégias de reagrupamentos e dos projetos interventivos.

- Socialização do conhecimento construído.
- Criatividade no processo da construção do conhecimento.
- Respeito à multiplicidade de subjetividades existentes em sala de aula;
- Elaboração e ou adequação do material pedagógico, tendo em vista as necessidades da turma, bem como o uso de textos, livros didáticos e paradidáticos como apoio ao desenvolvimento curricular.
- Planejamento pedagógico coletivo, com a participação dos estudantes e de toda a equipe pedagógica, observando-se as necessidades e possibilidades individuais.

Multiletramentos

Compreende-se o letramento como processo sócio-histórico de aquisição e uso das diversas linguagens. Assim sendo, as atividades desenvolvidas em sala de aula devem corresponder a práticas sociais e extrapolar as habilidades relacionadas à leitura e à escrita, envolvendo também o domínio e a capacidade de desempenhar diferentes habilidades.

A partir do proposto pelos multiletramentos, o estudante é orientado a produzir, comunicar e compartilhar conhecimentos e não apenas “consumir” e ler informações. Com isso, as habilidades de ler e escrever se integram a tantas outras como: reconhecer sons e imagens, relacionar sons com movimentos, comunicar-se utilizando diversas linguagens ou utilizar tecnologias digitais.

Assume-se, então, a concepção de letramento como prática social que contribui para que o estudante faça uso da leitura e da escrita em práticas sociais reais.

Portanto, espera-se que, a partir da proposta de multiletramentos, o estudante, ao realizar uma produção de texto, por exemplo, além de contemplar os aspectos gramaticais, seja capaz de expor seu pensamento e argumentar com clareza, utilizando informações e conceitos apreendidos relacionados à temática proposta.

O multiletramento possibilita o uso de recursos cotidianos que façam parte da vida do estudante e que tragam informações relevantes, como por exemplo, atividades que envolvam jornais impressos e digitais; artigos; publicações de mídias sociais; posters; colagens; vídeos; músicas; documentários; esse tipo de material, entre tantos outros, pode servir tanto para explorar as diferentes linguagens, quanto para promover o debate e proporcionar vivências significativas para o processo de aprendizagem dos estudantes.

Protagonismo Estudantil

Apresentar o protagonismo estudantil como premissa do SuperAção é pensar em uma escola com possibilidade para que os estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano e todos os seus pares tornem-se sujeitos ativos de suas vidas e de suas comunidades. A educação que valoriza o protagonismo juvenil pauta-se no diálogo, na argumentação, na escuta e na contra-argumentação.

Assim, em seu futuro, esse estudante posicionar-se-á de forma clara, precisa e coerente, a partir das suas experiências. O respeito ao seu modo de vestir, andar e falar possibilita ao estudante oportunidades de ser aceito, ouvido, de estabelecer relações afetivas, de ser acolhido, inclusive de "errar". Isto é importante para que ele seja percebido como criança ou adolescente.

É necessário levar para a ação pedagógica, práticas que favoreçam o espaço de aprendizagem e que atribuam ao estudante a condição de protagonista, sejam eles dos anos iniciais ou anos finais do ensino fundamental. Algumas práticas que podem favorecer a ação protagonista do estudante são:

- Situar o estudante no centro do processo educativo, criando espaços e tempos escolares que propiciem sua participação ativa, otimizando suas potencialidades e oferecendo oportunidades para que sejam fortalecidos em suas fragilidades.
- Oportunizar espaços e condições que permitam desenvolver responsabilidade social, solidariedade, agilidade, criatividade, que o estimulem a elaborar soluções inovadoras.
- Convidar os estudantes a atuarem na construção e implementação de soluções para problemas reais com os quais se deparam no dia a dia de suas escolas, de suas comunidades, e, conseqüentemente, do contexto social do qual fazem parte.
- Apresentar as temáticas sob a forma de problemas a resolver, contextualizando a participação do estudante para que ele se perceba como parte da "solução" e não mais um "problema".
- Construir contrato didático, pactuando os acordos para a aprendizagem, além de questões relacionadas à frequência e aos comportamentos considerados adequados ao ambiente escolar. No contrato, devem ser evidenciados os objetivos de aprendizagem, os limites e as possibilidades do componente curricular.

A participação do estudante, em todas as fases do processo educativo, permite que ele tenha mais autonomia para se dedicar ao desenvolvimento de determinados objetivos de aprendizagem, e, ainda, aumenta as possibilidades de demonstrar aos professores quando esses objetivos já foram alcançados, indicando, além disso, os aspectos que tenha necessidade de aprender ou desenvolver.

Nesse contexto, recomenda-se que seja apresentado aos estudantes tudo, sempre em linguagem e formato adequado à idade, o que vai ser estudado ao longo de determinado período (que pode ser um bimestre ou semestre, por exemplo), os objetivos de aprendizagem a serem alcançados, os recursos e as estratégias utilizadas para a avaliação das e para as aprendizagens, bem como as possibilidades de recuperação do que ainda não foi alcançado.

No momento de planejamento das práticas que poderão favorecer o protagonismo estudantil, percebe-se o reflexo da importância de se considerar as premissas dos tempos e espaços, e os multiletramentos para a elaboração das estratégias didático-pedagógicas, que juntas poderão proporcionar ao estudante situações de aprendizagens significativas.

Assim, promover o protagonismo estudantil é possibilitar que os estudantes se tornem centro do processo educativo e sujeitos ativos de suas vidas, de suas escolhas e de suas comunidades.

Metodologias Ativas

O SuperAção traz a Metodologia Ativa como uma de suas premissas por reconhecer a possibilidade de proporcionar práticas pedagógicas que se fundam na criatividade e estimulam a reflexão e a ação dos estudantes sobre a realidade, promovendo o desenvolvimento da autonomia do estudante, o estímulo ao trabalho em equipe, a integração entre teoria e prática, o desenvolvimento de uma visão crítica da realidade e o favorecimento da avaliação formativa.

Uma metodologia ativa é aquela que estimula processos de ensino e de aprendizagem crítico-reflexivos, no qual o estudante participa e se compromete com seu aprendizado.

Desse modo, constituem exemplos de de estratégias para o desenvolvimento das da metodologia ativa:

- Seminários.
- Plenárias.
- Debates temáticos.
- Trabalho em pequenos grupos.
- Relato crítico de experiência.
- Mesas-redondas.
- Exposições dialogadas.
- Oficinas.
- Aprendizagem por meio de jogos (gamificação).
- Métodos de estudo de caso (ou discussão e solução de casos).
- Aprendizagem em equipe.
- Leitura comentada.
- Estratégias de problematização ou resolução de problemas.
- Apresentação de filmes.
- Interpretações musicais.
- Portfólios.
- Avaliações orais.

Além dessas metodologias ativas, outras ações que propõem ao estudante problemas e/ou desafios que mobilizem o seu potencial criativo, enquanto estuda para compreendê-los e/ou superá-los, são considerados métodos ativos.

Para o SuperAção, a proposta consiste na elaboração de situações de ensino que promovam uma aproximação crítica do estudante com a realidade, com a reflexão sobre problemas que geram curiosidade e desafio, possibilitando seu percurso pelas sequências didáticas que possibilitam a recuperação das suas aprendizagens.

Tais metodologias são caracterizadas como ativas em função da aplicação de ações pedagógicas para envolver os estudantes em atividades práticas, nas quais eles são protagonistas da sua aprendizagem. Desse modo, promovem o processo de aprendizagem utilizando experiências reais ou simuladas, buscando solucionar, com sucesso, desafios das atividades essenciais da prática social, em diferentes contextos.

As metodologias de trabalho utilizadas pelos docentes devem ser participativas, partindo das necessidades e possibilidades dos estudantes em defasagem idade/ano, estimulando a reflexão e a ação deles sobre a realidade, promovendo a integração entre teoria e prática. Assim, propõe-se o acesso ao currículo da educação básica a partir de metodologias ativas, visto que os procedimentos de ensino são tão importantes quanto os próprios objetivos de aprendizagem.

A aprendizagem se constitui do saber reconstruído pelo próprio sujeito e não simplesmente reproduzido de modo mecânico e acrítico. É preciso que ocorra um processo de significação daquilo que é vivido, compartilhado, ensinado.

Avaliação Formativa

A avaliação formativa é adotada pela SEEDF, de acordo com as Diretrizes de Avaliação da Rede. Entende-se por avaliação formativa aquela que coopera para a aprendizagem. Assim, a avaliação formativa toma forma por meio do movimento: avalia-se para ensinar, avalia-se para aprender. Avalia-se para que se garanta que todos consigam aprender.

Sendo assim, para que o processo de enfrentamento à situação de incompatibilidade idade/ano dos estudantes participantes do SuperAção possa ser completamente permeado de sentido e ser uma estratégia de transformação na e para as vidas dos estudantes, a Avaliação Formativa se torna uma importante premissa do Programa.

Avaliar requer a compreensão do que cada estudante já sabe, conhecer o que se espera que aprenda e, a partir daí, tomar decisões conjuntas - estudante e professor - com o objetivo de promover aprendizagem. Nessa perspectiva, o processo avaliativo acontece por meio de um processo dialógico que envolve professor e estudante.

Dessa forma, percebe-se que todas as demais premissas, tempo e espaços, interdisciplinaridade, multiletramentos, protagonismo juvenil, metodologias ativas e avaliação formativa se integram e formam um ciclo consistente de aprendizagem, possibilitando a recuperação das aprendizagens dos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano e agregando novos sentidos e significados à trajetória escolar dessas crianças e adolescentes.

6. PROCESSO AVALIATIVO E PROGRESSÃO DOS ESTUDANTES

Pensar sobre a avaliação que ocorre no âmbito da unidade escolar implica, inicialmente, compreender que a avaliação é um processo que integra, de maneira indissociável e interdependente, o trinômio da organização do trabalho pedagógico: avaliação-ensino-aprendizagem.

Considerando essa tríade, frente aos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano, várias são as razões para se pensar, com mais afinco, o papel da avaliação no contexto educativo. Uma delas está na reflexão sobre as definições de avaliação, em particular, a avaliação para as aprendizagens, defendida pela SEEDF como a de natureza formativa.

A avaliação formativa, integrada nos processos de ensino e de aprendizagem, caracteriza-se como a avaliação que busca promover as aprendizagens, a partir do que os estudantes demonstram saber em relação aos objetivos de aprendizagem definidos e considerando a intencionalidade docente, sobretudo, baseando-se na avaliação diagnóstica, com vistas ao (re)planejamento de estratégias pedagógicas.

Assim, as orientações deste Caderno apontam para a concretização do processo avaliativo orientado pela intencionalidade de ser formativo e ético e, sobretudo, para o alcance dos objetivos do SuperAção, tendo em vista a recuperação e o avanço das aprendizagens dos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano matriculados no ensino fundamental da rede pública de ensino do Distrito Federal, possibilitando a reconstrução das suas trajetórias escolares e proporcionando o fluxo escolar adequado para todos.

A avaliação faz parte da vida do ser humano. Avalia-se em diferentes circunstâncias e por diversos motivos na vida cotidiana. Naturalmente, no campo educacional, a avaliação ocorre e se desenvolve em favor de vários objetivos, voltados não apenas ao estudante, mas também ao professor, à escola, à família e ao sistema educacional como um todo (SACRISTÁN, 1998).

Nesse contexto, a avaliação desempenha diferentes funções, as quais se efetivam em momentos distintos no processo educativo e servem a diferentes tipos de tomada de decisão, podendo ser formativa, diagnóstica ou somativa. É sobre cada uma delas que se discutirá a seguir.

A Avaliação Formativa

A avaliação faz parte do ensinar e aprender e, assim sendo, é suporte para as aprendizagens e fonte de dados que orientam o ensino. Sob essa perspectiva, a avaliação é promotora das aprendizagens e continuamente formativa.

Desenvolver o processo avaliativo intencionalmente de maneira formativa o torna:

REGULADOR DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS.

A avaliação, sob este prisma, é vista como integradora e orientadora da prática pedagógica e das aprendizagens e como processo privilegiado de regulação sistemática e contínua das intervenções e decisões didáticas.



FONTE DE INFORMAÇÕES SOBRE OS PROGRESSOS DOS ESTUDANTES.

Tais informações são essenciais a todos, tanto ao professor como, igualmente, a cada estudante, que, no decorrer do processo, aprende sobre si, sobre o que e como pode melhorar suas aprendizagens, sobre o que já aprendeu e o que ainda lhe falta aprender.

DEMOCRÁTICO E DIALÓGICO.

A avaliação favorece a participação do professor e do estudante na tomada de decisões que se referem às interações didático-pedagógicas e, quando assim ocorre, estabelece ambiente permanente de diálogo a respeito dos objetivos definidos, dos critérios e dos procedimentos e instrumentos avaliativos, assim como das estratégias pedagógicas planejadas, a fim de alcançar cada objetivo.

O SuperAção preconiza a organização pedagógica para as aprendizagens no espaço escolar, de modo que essas aprendizagens possibilitem a reconstrução das trajetórias escolares dos estudantes e lhes proporcionem o fluxo escolar adequado.

Seguindo esse pensamento e diante do propósito de se realizar a avaliação formativa, comprometida com as aprendizagens de TODOS os estudantes, o que de fato vai ser determinante é a coerência pedagógico-avaliativa, considerando, em especial, a concepção de educação que se tem na estrutura do SuperAção.

A avaliação formativa se concretiza quando se oportuniza, no espaço escolar, o *feedback*, ato basilar para que os estudantes regulem suas aprendizagens. Por isso, o papel mediador dos professores se torna ainda mais expressivo, uma vez que, por meio dos *feedbacks*, os estudantes se veem protagonistas no tocante à sua autoavaliação e, conseqüentemente, na autorregulação de seus progressos e de seus conhecimentos.

Os *feedbacks* do professor, tanto orais quanto escritos, oportunizam os estudantes de enxergar como andam suas aprendizagens. São orientações sobre o que os estudantes pensam, escrevem ou produzem em relação aos objetivos de aprendizagem.

Cabe ressaltar que os *feedbacks* têm a intenção de qualificar as aprendizagens e, sob essa perspectiva, é importante cuidar para que as devolutivas sejam claras e construtivas, a fim de despertar "sentimentos de segurança, confiança e autoestima, fundamentais para o desenvolvimento de sua autonomia e de seu envolvimento nos processos de aprendizagem" (FERNANDES, 2016, p. 235)

A avaliação requer, durante todo o processo, contribuir com diferentes instrumentos e procedimentos avaliativos, planejados e elaborados para qualificar as aprendizagens, caracterizando-se, assim, como avaliação formativa.

Os *feedbacks* são orientações com o objetivo de esclarecer o que o estudante tem a aprender, em que momento se encontra em relação às aprendizagens e o empenho que precisa ter para autorregular suas aprendizagens, com motivação.

A Avaliação Diagnóstica

A avaliação diagnóstica é a avaliação intencionalmente realizada para identificar quais são os conhecimentos prévios do estudante, a fim de torná-los pontos de referência para novas aprendizagens, bem como para a organização do trabalho pedagógico. É realizada a cada início de processo para a proposição de intervenções pedagógicas adequadas: início de ano letivo, bimestre, unidade temática, aula, projeto, sequência didática, entre outros.

As intervenções abarcam os objetivos, as habilidades e as competências, bem como o cenário sociocultural e cognitivo do estudante, elementos que influenciam na tomada de decisão, na formulação de estratégias didático-pedagógicas e/ou de metodologias a serem empregadas, revelando, desse modo, a importância da avaliação diagnóstica para a prática docente.

Ressalta-se que realizar o diagnóstico é tão significativo para o docente quanto para o estudante, porque oferece informações sobre seus conhecimentos, favorece a participação em suas aprendizagens e possibilita a autoavaliação. Ademais, a avaliação diagnóstica proporciona ao estudante a compreensão de que o conhecimento vai sendo construído a partir de conhecimentos que ele já possui.

A função da avaliação diagnóstica é identificar os conhecimentos já existentes sobre determinado objeto do conhecimento. As informações obtidas devem, portanto, ser utilizadas como recursos para as intervenções pedagógicas, focalizando os objetivos a serem conquistados pelo estudante, em vez de classificações.

O diagnóstico resultante dessa investigação inicial permite ao docente ajustar a sua abordagem às necessidades de aprendizagem observadas na turma. Assim sendo, quanto mais frágil o conhecimento prévio do estudante, mais atenção se deve ter em relação às necessidades de estratégias pedagógicas adequadas.

Com esse processo avaliativo, é possível definir o ponto de partida para as situações de aprendizagem que compõem a unidade ou o componente curricular, ajustando o planejamento docente e, principalmente, prevenindo a detecção tardia das necessidades de aprendizagem do estudante.

A Avaliação Somativa

A avaliação somativa é realizada com o propósito de verificar resultados quanto ao desempenho dos estudantes e acontece em momentos pré-estabelecidos. Os envolvidos têm nítido conhecimento de que ela está sendo realizada, ao final do ano letivo, bimestre, semestre, unidade temática, projeto, sequência didática, entre outros.

Assim, sua função não é a de acompanhar de forma contínua o processo, mas de fornecer informações sintéticas sobre o que os estudantes demonstram saber e/ou fazer em determinado momento.

Entende-se que o uso de notas não impossibilita o alcance do sucesso do trabalho pedagógico realizado, desde que seja um indicativo a mais das condições de aprendizagem dos estudantes. As notas, associadas a outros elementos, evidenciam o desempenho dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental e são representadas pelos valores de 0 (zero) a 10 (dez).

Em conformidade com o Regimento Escolar da SEEDF, a progressão ou o avanço dos estudantes do SuperAção decorrerá da obtenção, ao final do ano letivo, de média igual ou superior a 5 (cinco) e frequência mínima de 75% do total de horas letivas. Os estudantes que não obtiverem a nota mínima para aprovação terão sua situação analisada pelo Conselho de Classe, que deliberará sobre sua situação escolar.

Da mesma maneira que a avaliação formativa, a avaliação somativa também tem papel relevante nos processos de ensino e de aprendizagem dos estudantes. Entretanto, estas duas funções da avaliação são diferentes, embora sejam complementares entre si. "Uma não é nem pior, nem melhor que a outra, elas apenas têm objetivos diferenciados" (FERNANDES; FREITAS, 2007, p. 20).

A avaliação somativa possibilita ao professor, por meio de novos ou mais elementos, computar o que os estudantes sabem e têm condições de realizar ao fim de uma unidade, de um bimestre, semestre, etc.

É comum associar a avaliação somativa a um modelo de avaliação que seleciona, classifica e exclui. Contudo o que vai determinar a natureza excludente e classificatória é a intencionalidade, o emprego e o proveito que se tira dela, considerando as concepções de educação e de avaliação que se tem.

A conexão entre a avaliação formativa e a somativa possibilita o alcance de dois objetivos principais: contribuir para que ocorram aprendizagens e informar o que foi aprendido, sinteticamente, para fins de registro e publicação.

Tem-se, nesse contexto, a intenção latente de se considerar o estudante como sujeito e coautor no processo pedagógico, dialogando, de forma harmoniosa, com o SuperAção, no que diz respeito à expectativa de desenvolver o seu protagonismo, a sua responsabilidade e autonomia, a fim de que participe ativamente do progresso de suas aprendizagens.

Sendo assim, apresentar e discutir, junto aos estudantes, os objetivos de aprendizagem e os critérios avaliativos é o ponto de partida para inseri-los no trinômio avaliação-ensino-aprendizagem como partícipes e protagonistas dos processos, conforme prevê o SuperAção.

Síntese



Formativa

Função: regular.

Intencionalidade: fornecer informações para qualificar as aprendizagens.

Momento: ao longo dos processos de ensino e de aprendizagens, durante todo o período letivo.



Diagnóstica

Função: diagnosticar.

Intencionalidade: saber se há ou não conhecimentos prévios para novas aprendizagens.

Momento: início do ano letivo, do bimestre, do semestre, da aula, do projeto, da sequência didática, de projeto, entre outros.



Somativa

Função: classificar, certificar.

Intencionalidade: classificar os resultados (por notas ou menções) do desempenho do estudante, conforme os objetivos de aprendizagens.

Momento: final do ano letivo, do bimestre, do semestre, da aula, do projeto, da sequência didática, entre outros.

Instrumentos e Procedimentos Avaliativos Para As Aprendizagens

São incontáveis os instrumentos/procedimentos avaliativos que podem ser utilizados. Cada um deles representa determinado(s) objetivo(s) no trabalho pedagógico e não há instrumento/procedimento capaz de, sozinho, acompanhar e determinar se houve ou não aprendizagens durante o processo.

Por isso, é necessário diversificar os instrumentos/procedimentos para a coleta de informações, a fim de que a avaliação desenvolvida possa, com a maior clareza possível, informar sobre o que os estudantes sabem, o que são capazes de fazer e o que ainda precisam saber (FERNANDES, 2005).

Quanto a este aspecto, ressalta-se a relevância de que as análises das informações coletadas sejam, de forma intencional e regular, realizadas em conjunto com os estudantes, efetivando, assim, a prática de *feedbacks* estruturados.

Salienta-se, no entanto, que diversificar os instrumentos/procedimentos avaliativos não é suficiente, pois o que define a pertinência de um ou outro instrumento/procedimento avaliativo é a intencionalidade docente e os critérios de avaliação previamente estabelecidos, em consonância com os objetivos de aprendizagem.

Sendo assim, o uso de determinado instrumento ou procedimento, em prol das aprendizagens, se dá por meio da ação docente deliberadamente ponderada.

As estratégias, as intervenções e *feedbacks* do processo avaliativo, orientados pela perspectiva formativa da avaliação, compõem a organização do trabalho pedagógico do SuperAção. Vale destacar que, durante o desenvolvimento das estratégias metodológicas com os estudantes atendidos, os espaços e tempos convergem no sentido de promover conhecimentos, conforme as especificidades de cada um, sem classificar ou quantificar as aprendizagens individuais.

Ao prever todo o ciclo de planejamento, execução, avaliação, registro e replanejamento dos processos de ensino e aprendizagem, considerando a avaliação das e para as aprendizagens, esses processos deixam de ser quantitativos e passam a ser qualitativos, acompanhando o progresso escolar do estudante.



Orienta-se, pois, que o acompanhamento pedagógico seja realizado e registrado durante todo o ano letivo, por meio de instrumentos/procedimentos avaliativos diversificados e do próprio sistema de escrituração da SEEDF, evitando que as necessidades de aprendizagem do estudante ou seus progressos sejam evidenciadas apenas ao final do processo.

Ressalta-se que o processo avaliativo, e o de registro serão foco de orientações ao longo das formações e do monitoramento.

A unidade escolar tem autonomia para planejar e elaborar os instrumentos/procedimentos avaliativos. Sugere-se, para tanto, que os espaços e tempos das coordenações pedagógicas coletivas e/ou por área, no caso dos Anos Finais, sejam utilizados para esse planejamento e para os registros conjuntos, inclusive das estratégias pedagógicas a serem executadas, com vistas à condução do processo avaliativo.

A SEEDF adota como instrumentos de escrituração escolar, além do Diário de Classe, os Relatórios Individuais dos Estudantes e as Atas do Conselho de Classe.

Para os estudantes dos anos iniciais (2º Ciclo), utiliza-se o Relatório de Avaliação - RAV e, para os estudantes dos anos finais (3º Ciclo), utiliza-se o Registro Formativo de Avaliação - RFA. Os formulários são compatíveis com as especificidades de cada etapa, ou seja, eles apresentam campos a serem preenchidos de maneiras específicas.

- [Formulário Registro de Avaliação 2º Ciclo - RAV](#) 
- [Formulário Registro Formativo de Avaliação 3º Ciclo - RFA](#) 

Considerando que o SuperAção preconiza o acompanhamento processual das aprendizagens do estudante em situação de incompatibilidade idade/ano, orienta-se que esses registros de avaliação sejam preenchidos para todos eles, durante toda a sua trajetória escolar.

- Orientações para preenchimento dos Registros de Avaliação do 2º Ciclo ✨
- Orientações para preenchimento dos Registros de Avaliação do 3º Ciclo ✨

O objetivo do RAv e do RFA é registrar o percurso de aprendizagem do estudante, fundamental para que intervenções e mediações mais assertivas sejam planejadas. Neste sentido, é de extrema importância o registro avaliativo adequado, pois o formulário acompanhará o histórico da aprendizagem e do desenvolvimento do estudante durante os anos letivos, por meio da observação, do registro, da reflexão, das intervenções pedagógicas realizadas pelo professor, de especificidades socioemocionais eventuais que interferiram na aprendizagem do estudante ou quaisquer situações de cunho cognitivo e psicossocial, resguardando-se os casos nos quais o sigilo precisa ser mantido, conforme preconizado pelo ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente, pelo Regimento Escolar e pela LDB- Lei de Diretrizes e Base da Educação.

Considerando a importância do processo avaliativo para as aprendizagens na ação pedagógica do profissional da educação e na vida dos estudantes, os Registros de Avaliação do 2º e do 3º Ciclos têm caráter dinâmico e a sua prática não se limita à atribuição de conceitos ou métricas que expressem a proficiência obtida pelos estudantes.

A avaliação para as aprendizagens, na sua função formativa, exige do professor, observação contínua, atenta e reflexiva. O registro processual dessas observações deve articular o diagnóstico das aprendizagens, a intenção e a intervenção pedagógica, bem como os aspectos que necessitam de atenção referentes aos avanços e às fragilidades dos estudantes, com elementos que sejam capazes de dar visibilidade ao seu percurso em relação aos objetivos de aprendizagem propostos, a fim de que eles sejam alcançados.

É de suma importância que o estudante seja protagonista no percurso da avaliação formativa, ou seja, que ele tenha conhecimento prévio da intencionalidade docente e de como será avaliado, considerando a sua realidade.

7. O AVANÇO ESCOLAR E A PROGRESSÃO

Para proporcionar a progressão, o SuperAção prevê resultados finais individuais específicos para os estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano, ao final de cada ano letivo, considerando a consolidação das aprendizagens propostas, conforme quadro a seguir.

	Reprovação: Os estudantes permanecerão matriculados nos grupos/anos de origem.	Progressão: Os estudantes estarão habilitados para cursar o ano/grupo subsequente.	Avanço: Os estudantes avançarão dois anos.
Grupo 1 (3º ano)	Grupo 1	4º ano ou Grupo 2	5º ano
Grupo 2 (4º ano)	-	5º ano ou Grupo 3	6º ano ou Grupo 4
Grupo 3 (5º ano)	Grupo 3	6º ano ou Grupo 4	7º ano ou Grupo 5
Grupo 4 (6º ano)	-	7º ano ou Grupo 5	8º ano ou Grupo 6
Grupo 5 (7º ano)	Grupo 5	8º ano ou Grupo 6	9º ano
Grupo 6 (8º ano)	-	9º ano	1ª série do EM

Reprovação:

1. No 2º Ciclo ocorrerá quando o estudante não atingir os objetivos de aprendizagem propostos para o Grupo 1 ou Grupo 3, após o processo de recuperação contínua.
2. No 3º Ciclo ocorrerá nos casos em que o estudante do Grupo 5 obtiver média final inferior a 5,0 pontos em três ou mais componentes curriculares, após o resultado das avaliações de recuperação final.



Conforme os normativos vigentes, todo estudante, independente do Grupo, que apresentar frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas anuais também estará **reprovado**.

Progressão:

1. No 2º Ciclo, em qualquer Grupo, o estudante deverá ter consolidado os objetivos de aprendizagem propostos para o ano escolar em curso.
 - Para o estudante de qualquer Grupo, o que definirá o encaminhamento do estudante será a sua idade, pois mesmo progredindo de ano, ele pode permanecer em situação de incompatibilidade idade/ano, e, nesse caso, deverá ser matriculado no Grupo subsequente no ano letivo seguinte.

2. No 3º Ciclo, o estudante terá o resultado de progressão quando, após a realização da avaliação de recuperação final, tiver consolidado apenas as aprendizagens previstas para o ano escolar corrente, o que pode ser visualizado, quantitativamente, quando a média final for igual ou superior a 5,0 pontos.

- Para o estudante do Grupo 4, a progressão para o ano escolar seguinte é garantida pelas Diretrizes Pedagógicas de Organização Escolar do 3º Ciclo para as aprendizagens, considerando a progressão continuada. O que definirá o encaminhamento desse estudante do Grupo 4 será a sua idade, pois mesmo progredindo de ano, ele pode permanecer em situação de incompatibilidade idade/ano, e, nesse caso, deverá ser matriculado no Grupo 5 no ano letivo seguinte.
- Para o estudante do Grupo 5, o que definirá o encaminhamento será a sua idade, pois mesmo progredindo de ano, ele pode permanecer em situação de incompatibilidade idade/ano, e, nesse caso, deverá ser matriculado no Grupo 6 no ano letivo seguinte. Ressalta-se que, o estudante desse Grupo poderá progredir mesmo obtendo nota inferior a 5,0 em até dois componentes curriculares, em Regime de Dependência.

Avanço:

1. No 2º Ciclo, em qualquer Grupo, o estudante deverá ter consolidado os objetivos de aprendizagem propostos, considerando as aprendizagens referentes aos dois anos escolares.

- Para o estudante do Grupo 2 e 3, o que definirá o encaminhamento será a sua idade, pois mesmo sendo avançado, ele pode permanecer em situação de incompatibilidade idade/ano, e, nesse caso, deverá ser matriculado respectivamente no Grupo 4 ou 5 no ano letivo seguinte.

2. No 3º Ciclo, o estudante terá o resultado de avanço quando, após a realização da avaliação de recuperação final, tiver consolidado as aprendizagens previstas para os dois anos escolares, o que pode ser visualizado, quantitativamente, quando a média final for igual ou superior a 5,0 pontos.

- Para o estudante do Grupo 4, o que definirá o encaminhamento será a sua idade, pois mesmo sendo avançado, ele pode permanecer em situação de incompatibilidade idade/ano, e, nesse caso, deverá ser matriculado no Grupo 6 no ano letivo seguinte.



Destaca-se que as notas e médias não podem ser critérios exclusivos para a verificação das aprendizagens dos estudantes, e, conseqüentemente, os resultados de reprovação, progressão e avanço devem ser analisados continuamente, articulando diversos instrumentos e procedimentos, formais e informais, com destaque para a deliberação dos Conselhos de Classe.

8. FORMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO: SUBSÍDIOS À PRÁTICA DOCENTE

O SuperAção tem como ponto central o estudante e seu direito à recuperação das aprendizagens, conforme prevê a LDB, Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Art. 24, inciso V, alínea “e”, que trata das regras comuns da organização da educação básica, mostrando os critérios de verificação do rendimento escolar, e a “obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos”.

Assim sendo, para o êxito do SuperAção, é necessário o estabelecimento de uma rede integrada de apoio que subsidie à prática pedagógica.

Formação Continuada - UNICEF e EAPE

A formação continuada para o SuperAção requer percursos formativos que possibilitem aos profissionais envolvidos:

- Associar teoria e prática.
- Qualificar as práticas pedagógicas e compartilhar experiências, por meio da reflexão sobre a ação.
- Utilizar recursos e posturas pedagógicas criativas, flexíveis e humanizadas, que incluam a pesquisa e a inovação.
- Elaborar materiais pedagógicos, que contemplem a interdisciplinaridade e a transversalidade, conforme prevê Currículo em Movimento.

A formação para o SuperAção ocorrerá com o apoio do UNICEF, por meio da estratégia das Trajetórias de Sucesso Escolar – TSE, proporcionando articulação estruturada entre os diferentes setores.

A parceria com o UNICEF na formação docente tem por objetivo permitir o desenvolvimento de práticas pedagógicas que favoreçam o enfrentamento à cultura do fracasso escolar e, a partir disso, oportunizar a progressão das aprendizagens do estudante e o avanço em sua trajetória escolar.

Além disso, a formação promoverá encontros específicos, considerando temáticas sugeridas e planejamentos colaborativos.



Acompanhamento Articulado, Sistemático e Contínuo da Prática Pedagógica

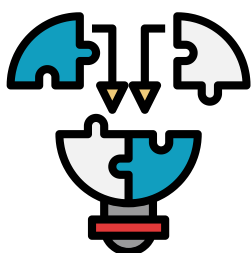
No trabalho pedagógico a ser desenvolvido junto aos estudantes, prevê-se o acompanhamento articulado, sistemático e contínuo, por meio da atuação das Coordenações Pedagógicas Locais, das Coordenações Regionais de Ensino e da Diretoria de Ensino Fundamental, a partir de documentos orientadores, orientação curricular e suporte diferenciado que favoreçam a valorização de práticas e metodologias diversificadas, de forma a subsidiar o trabalho pedagógico e as aprendizagens dos estudantes.

Espera-se que o referido acompanhamento possibilite planejamentos que focalizem cada estudante, atendendo às suas necessidades individuais, com base em referencial curricular voltado para a recuperação das aprendizagens e para a proficiência acadêmica dos estudantes, em prol do seu efetivo avanço escolar.

Núcleo de Referência da Coordenação Regional de Ensino

O Núcleo de Referência constitui-se no grupo de profissionais da CRE, formado por Coordenadores Intermediários das Unidades Regionais de Educação Básica - UNIEB, sendo, preferencialmente, um com conhecimento e experiência nos anos iniciais e o outro com conhecimento e experiência nos anos finais, os quais, juntos, de forma articulada com as equipes pedagógicas local e central acompanharão as unidades escolares que possuem turmas e/ou estudantes inseridos no SuperAção, com vistas à concretização da rede de apoio do SuperAção.

Considerando a atuação do Núcleo de Referência, a Coordenação Intermediária tem a responsabilidade de acompanhar as atividades pedagógicas nas unidades escolares vinculadas à CRE, por meio da participação nas coordenações pedagógicas locais, bem como da articulação e do acompanhamento das políticas, planos, programas, projetos e ações relacionados à melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem, tendo como referência os documentos orientadores do SuperAção e as Trajetórias de Sucesso Escolar do UNICEF.



Os coordenadores intermediários deverão:

- Auxiliar na divulgação e na implantação do SuperAção.
- Acompanhar e apoiar a implementação do SuperAção para a superação da incompatibilidade idade/ano.
- Acompanhar os reagrupamentos, os projetos interventivos e as estratégias interventivas nas unidades escolares atendidas pelo SuperAção.
- Registrar o acompanhamento realizado junto aos coordenadores locais e/ou professores para socialização e discussão nos encontros com a Subsecretaria de Educação Básica.
- Ter clareza da situação de incompatibilidade idade/ano dos estudantes da CRE.
- Divulgar as experiências realizadas com estudantes participantes do SuperAção e avaliar seus resultados.
- Participar dos encontros organizados pela coordenação central do SuperAção (SUBEB).
- Promover estudos de temas pertinentes ao trabalho com estudantes em incompatibilidade de idade/ano (desempenho escolar, aprovação, reprovação, abandono, evasão etc.).

Monitoramento Formativo da DIEF

O Monitoramento Formativo é a estratégia de acompanhamento do SuperAção a ser desenvolvida durante o ano letivo de 2023 a partir de encontros formativos sistemáticos entre a Diretoria de Ensino Fundamental e os coordenadores intermediários e locais das unidades escolares de Ensino Fundamental, a fim de subsidiar e orientar as estratégias didático-pedagógicas, incluindo o processo avaliativo, previstas no SuperAção.

Assim sendo, o monitoramento possibilitará o acompanhamento do trabalho das unidades escolares para elaboração e desenvolvimento dos projetos do SuperAção, conforme previsto no capítulo 3 deste documento.

O monitoramento formativo permite a contínua avaliação das estratégias do SuperAção para que, assim, sejam pensadas possíveis alterações, a fim de garantir o alcance dos objetivos propostos, possibilitando que os estudantes em situação de Incompatibilidade idade/ano resgatem efetivamente sua trajetória escolar.

Ressalta-se que a coordenação pedagógica coletiva é espaço semanal privilegiado para o monitoramento formativo, que deverá contar com a presença e com o envolvimento de todos os responsáveis pelo trabalho pedagógico.

Projeto específico do SuperAção na unidade escolar

A unidade escolar deverá prever o projeto específico do SuperAção para o atendimento dos estudantes em situação de Incompatibilidade idade/ano em seu Projeto Político-Pedagógico - PPP, tendo em vista as estratégias e premissas apresentadas pelo Programa.


O projeto específico do SuperAção deve ser elaborado, conforme Apêndice, levando-se em consideração:

- Justificativa do Projeto.
- Objetivos do Projeto.
- Mapeamento para identificação dos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano na unidade escolar.
- Diagnóstico - Possíveis motivos que levaram a tal situação (retenção por proficiência no mesmo componente curricular ou em componentes curriculares diversos, abandono escolar, ausência para tratamento de saúde, etc.).
- Metas do projeto específico da unidade escolar, em consonância com os objetivos e metas previstos para o SuperAção.
- Ações e intervenções realizadas pela unidade escolar para a recuperação das aprendizagens dos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano.
- Envolvimento do orientador educacional e da equipe de apoio às aprendizagens nos processos de acolhimento, sensibilização e acompanhamento do percurso, individual e/ou em grupo, dos estudantes que se encontram em situação de incompatibilidade idade/ano, focalizando o desenvolvimento das competências emocionais desses estudantes.
- Estratégias de busca ativa para a mitigação da infrequência, evasão e abandono escolar.
- Envolvidos e responsáveis pelo projeto específico do SuperAção na unidade escolar.
- Cronograma do projeto específico do SuperAção na unidade escolar.

Com o objetivo de orientar e padronizar a elaboração do Projeto SuperAção pelas unidades escolares, o modelo do projeto está disponibilizado no apêndice desse documento.

9. REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. DF: Senado federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação 2014/2024 – PNE e dá outras providências. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/125099097/lei13005-14>>. Acesso em: XX setembro/.2022.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996. BRASIL. DISTRITO FEDERAL. **Parecer nº 238/2012-CEDF**. Aprova o documento Orientações Pedagógicas para a Correção da Distorção idade/série, na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, anos iniciais e finais do ensino fundamental e ensino médio. Correção da Distorção Idade/Série - CDIS (2012/2014). Brasília, 2012.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do DF. **Currículo em Movimento do Distrito Federal - Ensino Fundamental: Anos Iniciais – Anos Finais**. 2. ed. Brasília, 2018.
- DISTRITO FEDERAL. **Currículo em Movimento da Educação Básica: Pressupostos Teóricos**. Brasília, 2014a.
- DISTRITO FEDERAL. **Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala: 2014-2016**. SEEDF. Brasília, 2014d.
- DISTRITO FEDERAL. **Diretrizes Pedagógicas para a Organização Escolar do 2º Ciclo**. Brasília, 2014b.
- DISTRITO FEDERAL. **Diretrizes Pedagógicas para a Organização Escolar do 3º Ciclo**. Brasília, 2014c.
- DISTRITO FEDERAL. **Parecer nº 43/2016-CEDF e Portaria nº 69/SEEDF**. Aprova o Programa para Avanço das Aprendizagens Escolares-PAAE para o estudante do Ensino Fundamental da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal em defasagem idade-ano, para o período de 2016/2018, e dá outras providências. Brasília, 2016.
- DISTRITO FEDERAL. **Lei Nº 5.499, de 14 de julho de 2015**. Institui o Plano Distrital de Educação (PDE), e dá outras providências. Disponível em: Lei 5499 de 14/07/2015 (sinj.df.gov.br) Acesso em: xx setembro/.2022.
- FERNANDES, Cláudia de Oliveira. FREITAS, Luiz Carlos de. Currículo e avaliação. In: BRASIL. **Indagações sobre currículo**. Brasília: MEC/SEB. 2007.
- FERNANDES, D. **Avaliação das aprendizagens: desafios às teorias, práticas e políticas**. Lisboa: Texto Editores, Coleção Educação Hoje, 2005.
- FERNANDES, Domingos. Ensino e avaliação no ensino superior. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 36, n. 99, p. 223-238, maio-ago., 2016.
- LERNER, Delia. **Ler e escrever na escola. O real, o possível e o necessário**. Porto Alegre. Artmed. 2002



NERY, Alfredina. Modalidades organizativas do trabalho pedagógico: uma possibilidade. In: **Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília: MEC, 2007.

SACRISTÁN, J, G. Avaliação no ensino. In: SACRISTÁN, G. J. ; PÉREZ, G. A. I. In: **Comprender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

UNICEF. **Trajetórias de Sucesso Escolar – Gestores das Redes de Ensino**. Disponível em: <https://trajetoriaescolar.org.br/download-dos-materiais/trajetorias-de-sucesso-escolar-gestores-das-redes-de-ensino/>. Acesso em: 14 set 2022.

10. APÊNDICE – PROJETO ESPECÍFICO SUPERANÇA DA UNIDADE ESCOLAR

Coordenação Regional de Ensino (CRE):	
Unidade Escolar (UE):	
Responsável pelo projeto na UE:	
Responsável pelo acompanhamento do projeto na CRE:	

1. Dados do Projeto.

Justificativa do Projeto	
Objetivo(s) do Projeto	
Metas <i>(em consonância com os objetivos e metas previstos no Programa SuperAção)</i>	
Ações e intervenções realizadas pela UE para contribuir com a recuperação das aprendizagens <i>(Envolver, também, o orientador educacional e a equipe especializada de</i>	

<p><i>apoio às aprendizagens nos processos de acolhimento, sensibilização e acompanhamento do percurso).</i></p>	
<p>Estratégias adotadas pela UE para a mitigação da infrequência escolar</p>	

2. Mapeamento para identificação dos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano na unidade escolar em 2023.

Estudante	Anos Iniciais ou Anos Finais	Ano	Idade	Diagnóstico - Possíveis motivos da incompatibilidade

3. Cronograma.

Ação	Responsável pela ação	Data de Início	Data de Término

**Secretaria
de Educação**

